

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Novo governo quer mudar exploração do pré-sal.....	2
Título: Indústria é a favor de mudança, mas teme atraso em leilões.....	4
Título: Ministério de Paulo Guedes terá seis secretarias.....	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Operação desmanche estatal	6
Título: Queda do petróleo praticamente 'zera' subsídio ao diesel	8
Título: Bolsonaro quer mudar regime de exploração no pré-sal para concessão, diz fonte ..	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Salim Mattar é cotado para comandar privatizações	11
Título: Governo atual pede que transição não mexa nas regras de óleo e gás	13
VEÍCULO: Valor Econômico.....	15
Título: Aneel estuda anexar garantias legais para viabilizar venda de distribuidora.....	15
Título: Agência avalia 'descotização' de usinas hidrelétricas.....	16
Título: Distribuidoras vivem fase de transformação	18
Título: Setor elétrico espera retomada da demanda com novo governo.....	19
Título: Equipes negociam MP para mudar cessão onerosa	21
Título: Administrados levam IPCA-15 a desacelerar, dizem analistas	23
Título: Destaques	25
Título: Petroleiras buscam ganho de eficiência na tecnologia digital.....	26
Título: Petrobras estrutura área específica para buscar soluções.....	29
Título: Gerdau vai investir R\$ 550 milhões em aços especiais no interior de SP.....	31
Título: Total prevê dobrar número de postos.....	32

VEÍCULO: O Globo**Data: 23/11/2018****Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Novo governo quer mudar exploração do pré-sal**

Equipe de Jair Bolsonaro estuda trocar regime de partilha pelo de concessão. Mudança seria válida para o megaleilão de petróleo. Objetivo é aumentar arrecadação para reduzir a dívida pública mais rapidamente

A equipe de Bolsonaro estuda mudar as regras de exploração do pré-sal, com a troca do regime de partilha para o de concessão. A mudança elevaria a arrecadação imediata de licitações, como o megaleilão de 2019, cuja receita é estimada em R\$ 100 bilhões, e ajudaria a reduzir o rombo fiscal. A equipe do presidente eleito, Jair Bolsonaro, estuda alterar as regras de exploração de petróleo na camada pré-sal. A ideia em discussão é mudar o modelo do regime de partilha para o de concessão, segundo fontes do governo de transição. A alteração poderia valer já para o megaleilão de petróleo do pré-sal em elaboração no governo, cuja arrecadação prevista, de cerca de R\$ 100 bilhões, será dividida com estados e municípios.

A mudança pode mexer na forma como se arrecada dinheiro com petróleo, aumentando as receitas nos leilões. Com mais dinheiro em caixa no ato da assinatura dos contratos (como prevê a concessão), o governo poderia reduzir a dívida pública mais rapidamente. Esse é um dos principais objetivos da equipe do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, que tem como promessa zerar o rombo das contas públicas já em 2019.

Por isso, ter mais dinheiro num primeiro momento — e não ver esses recursos distribuídos ao longo dos anos — é algo cobiçado pelos técnicos. Sair da partilha para a concessão também é um desejo da indústria de petróleo, que considera este modelo mais favorável para a atração de investimentos.

Por outro lado, mudar o modelo do megaleilão de petróleo do pré-sal pode atrasar ainda mais a sua realização e deixá-la só para 2020. Até agora, o governo vinha trabalhando com o primeiro trimestre de 2019 como horizonte. A

alteração também atrasaria o repasse de recursos para governadores e prefeitos que precisam de dinheiro para aliviar sua grave crise fiscal.

Um projeto de lei que abre caminho para o leilão está em discussão no Senado e prevê que a licitação seja feita sob partilha. É preciso aprovar essa proposta para viabilizar o leilão. Mas, se houver uma mudança para concessão, será necessário fazer ainda mais alterações legais, seja por projeto de lei ou medida provisória.

“Mudar as regras agora é correr o elevadíssimo risco do leilão de excedentes só ocorrer em 2020”, disse, pelo Twitter, o secretário-executivo do **Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix**. “Nossa sugestão (para a transição) foi promover mudanças a partir de 2020, se não vai travar (os leilões)”, acrescentou.

Félix disse que espera que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) defina no dia 17 as datas da 6ª Rodada do pré-sal e do megaleilão.

Pelo regime de partilha de produção, instituído em 2010, os concessionários remuneram o governo com uma parcela do óleo-lucro (volume que sobra após o desconto dos barris equivalentes aos custos do projeto). Nesse caso, o valor pago ao governo no momento do leilão é definido previamente, e vence a disputa a empresa que oferecer o maior percentual de óleo-lucro. Por isso, a arrecadação no momento da licitação acaba sendo menor. A definição desse regime levou quase quatro anos.

Quando o campo entra em produção no regime de partilha, uma parcela do petróleo e do gás é vendida pelo próprio governo. Atualmente, todos os blocos leiloados dentro do polígono do pré-sal são repassados nesse regime. É como se a União entrasse de sócia na exploração, compartilhando riscos com as empresas. Na área de Libra, a primeira concedida sob o regime de partilha, a União tem direito a 41,65% do petróleo produzido, depois de descontados os custos.

APETITE DOS INVESTIDORES

Já pelo regime de concessão, vence a disputa a empresa que pagar mais ao governo pelo direito de explorar uma determinada área. O valor não é definido previamente. Por isso, a arrecadação inicial é maior, já que esse é o critério da licitação, e o preço é precificado no momento do leilão.

Os técnicos que acompanham as discussões apontam que, além de atrasar o leilão, a mudança para o regime de concessão pode afetar o apetite dos investidores. Pode não haver disposição das empresas de pagar um valor acima de R\$ 100 bilhões, o que frustraria as expectativas de Guedes e de governadores. (Colaborou Ramona Ordoñez)

VEÍCULO: O Globo**Data: 23/11/2018****Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Indústria é a favor de mudança, mas teme atraso em leilões**

Especialistas e empresários do setor petrolífero são favoráveis à mudança do regime de partilha para o de concessão no pré-sal. Eles advertem, no entanto, que, se o novo governo quiser adotar a concessão para a 6ª Rodada do pré-sal e para o megaleilão, os dois certames vão atrasar, não devem ser realizados em 2019. O Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) disse, em nota, que é favorável ao regime de concessão, mas que qualquer discussão sobre o regime no Brasil não pode paralisar o cronograma de leilões.

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, avalia que o regime de concessão é mais eficiente, mas pondera que, se houver risco de atraso no cronograma de leilões em 2019, é melhor que eles sejam realizados no regime de partilha mesmo.

Adriana Lontra, advogada do BMA Advogados, ressalta que o regime de concessão permite arrecadação maior para o governo no curto prazo em razão do chamado bônus de assinatura, o montante pago pelo vencedor da disputa como condição para assinatura do contrato. Na partilha, a receita é maior quando o campo começa a produzir.

Para Danielle Valois, do Trench Rossi Watanabe Advogados, o governo não deveria ter criado o regi mede partilha:

—O modelo de concessão é muito mais moderno. Se os leilões do pré-sal tivessem sido feitos por concessão, o ingresso de empresas teria sido muito maior. O país já perdeu oportunidades de investimento. Agora é preciso respeitar os contratos dos últimos leilões.

Giovani Koss, do Mattos Filho Advogados, avalia que o modelo de partilha era falho e só melhorou com as mudanças regulatórias feitas nos últimos dois anos pelo governo de Michel Temer.

— O regime de concessão já foi testado e funciona, o de partilha ainda está em fase de testes, e existem muitas questões que incomodam as empresas e trazem risco ao negócio —explicou Giovani.

VEÍCULO: O Globo**Data: 23/11/2018****Seção: Economia****Autor:****Título: Ministério de Paulo Guedes terá seis secretarias**

Pasta terá setores voltados para questões como ajuste fiscal, tributação, privatizações, comércio exterior, gestão e modernização do Estado e produção. Estruturas serão reagrupadas

O superministério da Economia do governo Jair Bolsonaro, que vai unificar Fazenda, Planejamento e Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), será composto de seis grandes secretarias. Segundo interlocutores do governo de transição, essas estruturas vão incluir áreas voltadas para o ajuste fiscal, tributação, privatizações, produção, gestão e comércio exterior. O martelo foi batido ontem pelo futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, que também anunciou o nome do economista Carlos von Doellinger para comandar o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A ideia de Guedes é eliminar sobreposições entre as pastas já existentes e, ao mesmo tempo, juntar secretarias que hoje tratam de temas semelhantes e podem trabalhar de forma coordenada. A secretaria voltada para o ajuste fiscal reunirá o Tesouro Nacional e a secretaria de Política Econômica, hoje na Fazenda, e a secretaria de Orçamento Federal, que está no guarda-chuva do Planejamento. Ela será comandada pelo atual secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, que foi convidado a permanecer no governo.

SECRETARIA PARA TRIBUTAÇÃO

Na secretaria voltada para tratar de tributação ficam a Receita Federal, a Previdência Social e possivelmente uma parte do Ministério do Trabalho, que vai ser reformulado. O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) também iria para essa área. Neste caso, o nome estudado para o comando é o do economista Marcos Cintra, que está na equipe de transição e trabalha numa reforma tributária.

Na área de gestão e modernização do Estado, ficam estruturas do Planejamento como as secretarias de Patrimônio da União e de Gestão de Pessoas. Neste caso, o nome mais forte para o comando é o do economista Paulo Uebel, ex-secretário de Gestão do governo João Doria em São Paulo, e que também está na equipe de transição de Bolsonaro.

Há ainda a secretaria de Assuntos Internacionais e Comércio Exterior, onde ficarão partes da Fazenda e do Mdic, que deve ser comandada pelo economista Marcos Troyjo, e a de Produção, Indústria e Comércio, que deve ficar nas mãos de Carlos da Costa, economista e ex-diretor do BNDES. Costa, também na transição, diz que a economia brasileira pode crescer a uma taxa de 5% a partir de 2020 e avançar 30 posições no ranking de competitividade do Banco Mundial, com a adoção de medidas que aumentem a produtividade.

‘IPEA SUBUTILIZADO’

Outra estrutura do superministério será voltada para a área de Privatizações, uma vez que Guedes quer implementar um amplo programa de desestatização. Neste caso, um dos nomes considerados é de Wilson Poit, atual secretário de Desestatizações e Parcerias da prefeitura de São Paulo.

Ontem, o novo presidente do Ipea afirmou que a instituição tem sido subutilizada nos últimos anos. Segundo ele, a orientação da equipe econômica do governo Jair Bolsonaro é que o órgão seja mais usado para orientar políticas públicas.

—A ideia é usar o Ipea como um apoio forte no ministério da Economia — afirmou o economista, acrescentando: — (O Ipea) é um depósito de talentos, que estava totalmente subutilizado, que a gente quer recuperar para usar isso que estava disponível e ninguém usava. Publicou coisas ótimas, mas ninguém dava bola. Nos últimos governos, simplesmente nem liam o que os caras faziam.

Aposentado pelo Ipea, Doellinger informou que quer orientar a produção do instituto para a solução de problemas específicos do país, como política fiscal. Hoje, o instituto publica regularmente estudos como a Carta de Conjuntura e textos para discussão. O futuro presidente frisou, no entanto, que quer investir em estudos específicos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 23/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Vinicius Torres Freire

Título: Operação desmanche estatal

Para estatais, superministro da Economia nomeia equipe militante da privatização

O que vai ser do megaministério da Economia ainda é nebuloso. Mas o überministro Paulo Guedes deixou ainda mais claro que seu programa para as estatais é privatizá-las ou reduzi-las ao mínimo, no limite da tolerância de Jair Bolsonaro e do seu conselho militar.

Para comandar Petrobras, BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, Guedes indicou economistas que são militantes da privatização ou profissionais talhados para a eventual venda das "joias da coroa" estatal.

Note-se de passagem que, nomeados dois terços do ministério e o filé das estatais, não houve negociação de cargo com partido. Tenso.

São pessoas mais ou menos ligadas ao mundo da finança e de conselhos empresariais do Rio de Janeiro. No futuro governo ou na equipe econômica, até agora não há gente da indústria ou de São Paulo.

Além do mais, Guedes diz que seu objetivo é "salvar a indústria", apesar dos industriais, enxugar políticas industriais e aumentar a exposição das empresas à concorrência do exterior.

Não se trata de novidade, claro. Mas tudo está sendo preparado para que não se trate apenas de planos.

Guedes não apenas tem aversão à política econômica brasileira dos últimos 50 anos, pelo menos, como tem confirmado sua intenção de promover um revertério raro no país. As últimas grandes privatizações e rodadas de abertura comercial ocorreram faz 20 anos ou mais.

Guedes tem dito que não vai abrir a economia sem mais, antes de baixar impostos para empresas.

Qualquer reforma tributária é enrolada (os planos estão quase todos parados faz também 20 anos) e, em tese, não vai entrar em pauta antes da Previdência. Logo, é difícil imaginar mesmo um começo de mudança no ano que vem.

Com as privatizações, no entanto, a conversa parece ser outra. A medula de Petrobras, BB, CEF e um novo e muito enxuto BNDES devem permanecer. Mas dezenas de empresas agregadas serão vendidas, algumas delas de grande peso no mercado.

Indicado para a CEF, Pedro Guimarães começou a carreira como analista de bancos e fez um doutorado sobre privatizações. Faz tempo é banqueiro de investimento. Preparar empresas para venda, fusões e aquisições é parte de sua profissão.

Rubem de Freitas Novaes, indicado para o Banco do Brasil, é mais consultor. Doutorado em Chicago como Guedes (da mesma geração), é um articulista militante da privatização em institutos ultraliberais. Ocupou cargos públicos no governo de João Figueiredo, no começo dos anos 1980 (foi diretor do BNDES e do Sebrae), foi economista da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e presidente do conselho de economia da Sociedade Nacional de Agricultura.

Roberto Castello Branco, indicado para a Petrobras, foi diretor do Banco Central em 1985 e é diretor da FGV. Passou década e meia na Vale, até 2014, não na operação, mas como economista e diretor de relações com investidores (com o mercado). É mais conselheiro do que executivo de empresas.

Ora está na Invepar, de concessionárias de infraestrutura, como Guarulhos e metrô no Rio. Foi conselheiro da Petrobras no biênio 2015-2016. Faz alguns anos, escreve artigos em defesa da privatização da petroleira.

Joaquim Levy, também de Chicago, foi para o governo Dilma Rousseff 2 a fim de tocar um enxugamento do Estado, como se sabe, começando por ajuste fiscal e enxugamento do BNDES. Vai comandar o BNDES de Bolsonaro.

É uma equipe do desmanche estatal.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 23/11/2018

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona RIO DE JANEIRO

Título: Queda do petróleo praticamente 'zera' subsídio ao diesel

Cenário reduz a necessidade de gastos com programa federal criado na greve dos caminhoneiros

A queda nas cotações internacionais do petróleo praticamente eliminou a necessidade de subvenção ao diesel no país. Nesta quinta (22), o subsídio pago às produtoras e importadoras do combustível foi, em média, de R\$ 0,02 por litro e nesta sexta (23), será ainda menor.

O cenário reduz a necessidade de gastos federais com o programa e, para empresas do setor, facilita a adoção de um modelo de transição para encerrar o programa de subvenção criado para por fim à greve dos caminhoneiros que paralisou o país no fim de maio.

O programa garantiu subsídio de até R\$ 0,30 por litro. O valor final é calculado sobre um preço de referência estipulado pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), que considera a cotação internacional e os custos de importação do combustível, simulando o valor de mercado do produto caso não houvesse tabelamento.

O preço de referência é regional, mas a diferença entre esse valor e o preço tabelado pela ANP para venda nas refinarias varia pouco entre as regiões.

Na média nacional, diz a Abicom (associação que reúne as transportadoras), o subsídio nesta quinta ficou em torno de R\$ 0,02 por litro. Na região Sul, por exemplo, o preço de referência na quinta era de R\$ 2,1484 por litro, uma diferença de R\$ 0,0125 para o preço tabelado para a região (R\$ 2,1359 por litro).

Nesta sexta, cairá para R\$ 2,139 por litro, apenas R\$ 0,0031 acima do preço tabelado. Caso o petróleo continue em queda, o tabelamento poderá a prejudicar o consumidor, que poderia ser beneficiado por repasses da queda das cotações internacionais às bombas.

Na fase atual do programa, o preço tabelado é revisto a cada 30 dias. Na última revisão, o petróleo Brent, negociado em Londres, era vendido a US\$ 76,16 (R\$ 281,79, na cotação da época). Nesta quinta, fechou em US\$ 62,60 (R\$ 237,88, na cotação atual), queda de 15,6% em relação ao fim do mês passado.

No mesmo período, o preço de referência calculado pela ANP caiu 19,6%. Considerando o novo corte desta quinta, a redução acumulada em novembro chega a 19,9%.

A próxima revisão do preço tabelado será no dia 29. Pelas regras do programa, o novo preço é calculado com base no valor vigente no último dia da fase anterior e, portanto, deve ser reduzido.

"É uma excelente oportunidade para acabar com o subsídio", diz o presidente da Abicom (entidade que representa as empresas importadoras), Sérgio Araújo.

As empresas do segmento reduziram sua atuação no país após o início do programa de subvenção, alegando que as margens não são favoráveis às importações.

As distribuidoras de combustíveis defendem o fim gradual da subvenção, que levou uma das maiores companhias do setor, a Raízen (que opera com a marca Shell) a suspender investimentos de R\$ 2 bilhões diante das incertezas sobre a viabilidade de importar o produto em meio a um tabelamento de preços.

O governo chegou a desenhar uma proposta de transição, com a redução gradativa do ressarcimento pago aos produtores e importadores, mas o processo foi interrompido pelo Palácio do Planalto após a eleição, com receio de reações negativas caso as cotações internacionais voltem a subir.

Foram separados R\$ 9,5 bilhões para bancar o subsídio até o fim do ano, mas com a queda das cotações internacionais o valor não será totalmente usado.

Desde que o formato atual do programa está em vigor, a partir de 8 de junho, o subsídio máximo de R\$ 0,30 por litro só foi necessário em 39 dias, o equivalente a 23% do período.

Até o momento, a ANP autorizou o pagamento de cerca de R\$ 2,7 bilhões para ressarcir as empresas que venderam o combustível a preço tabelado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 23/11/2018

Seção:

Autor: REUTERS

Título: Bolsonaro quer mudar regime de exploração no pré-sal para concessão, diz fonte

Governo do PT instituiu regime de exploração por partilha de produção

O governo do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) quer mudar para concessão o regime de exploração do petróleo e gás do pré-sal, que atualmente é explorado via partilha de produção, disse nesta quinta-feira (22) uma fonte de alto escalão da equipe de transição.

"Tem uma clara preferência nossa, vamos mudar sim para concessão, ao invés de partilha", afirmou a fonte, que pediu para não ter seu nome revelado.

Plataforma na baía da Guanabara; governo de Jair Bolsonaro (PSL) quer mudar regime de exploração do petróleo e do gás do pré-sal - Ricardo Borges/Folhapress

A fonte evitou elaborar sobre a mudança planejada, se a ideia da equipe de Bolsonaro poderia exigir uma alteração na lei.

O regime de partilha foi instituído no governo do PT, com o argumento de que o Estado teria mais acesso a recursos dos produtivos campos do pré-sal, assim como maior controle sobre as riquezas.

Foi até criada uma estatal, a PPSA, para representar os interesses do Estado nos contratos de partilha.

Bolsonaro, ao contrário, está formando uma equipe econômica com viés mais liberal, tendo sido eleito com tais promessas pró-mercado, que incluem privatizações.

Pelo regime de partilha, as companhias pagam um bônus de assinatura fixo, em um leilão no qual o vencedor é aquele que oferta o maior volume de petróleo ao governo, uma forma de o Estado se apropriar de mais recursos da exploração do petróleo.

Pelo regime de concessão, utilizado atualmente em leilões do pós-sal ou para áreas terrestres, ganha o certame aquele que ofertar o maior bônus de assinatura, que neste caso é variável.

Dessa forma, no regime de concessão, um maior volume de recursos pode ser arrecadado em um pagamento inicial, enquanto com a partilha a União em geral acaba recebendo os pagamentos ao longo do contrato de produção.

Nesta quinta-feira, **o secretário-executivo do MME (Ministério de Minas e Energia), Márcio Félix**, afirmou que o megaleilão de reservas do pré-sal que o governo Temer tenta deixar pronto para Jair Bolsonaro será dividido em três a quatro contratos.

A oferta das áreas pode gerar arrecadação de até R\$ 100 bilhões, parte dos quais pode ser dividida com governos estaduais. A expectativa do governo atual é que o leilão possa ser realizado no segundo trimestre de 2019.

REUTERS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/11/2018

Seção: Economia

Autor: Renata Agostini e Adriana Fernandes, O Estado de S. Paulo

Título: Salim Mattar é cotado para comandar privatizações

Paulo Guedes avalia dono da Localiza para a futura secretaria de desestatização

RIO E BRASÍLIA - Futuro ministro da Economia, Paulo Guedes avalia o nome do empresário Salim Mattar, sócio e presidente do conselho da Localiza, para assumir a secretaria de “privatizações”, que também vem sendo chamada internamente de “secretaria especial de desestatização e desinvestimentos”,

disse ao 'Estado' importante fonte da equipe de transição. O economista Marcos Cintra, presidente do Finep, está cotado ainda para assumir outra área central do novo "superministério".

Empresário liberal (é conselheiro do Instituto Millenium, que promove o liberalismo), Mattar ensaia há algum tempo sua entrada no mundo político e chegou a ser sondado pelo Novo para se candidatar ao governo de Minas. Ele já foi sondado por Paulo Guedes para o posto e as conversas seguem para levá-lo para o governo. Se confirmado, Mattar teria a responsabilidade de tocar área considerada estratégica por Guedes, que anunciou durante a campanha a intenção de levar à frente um programa ambicioso de privatizações.

O economista Marcos Cintra, doutor em Economia por Harvard, está cotado para assumir uma supersecretaria que vai unir Receita Federal e a atual Secretaria da Previdência. Ela está sendo chamada internamente de secretaria de "arrecadação" e terá grande importância na nova estrutura.

Há expectativa entre colaboradores da equipe que, com a escolha da presidência dos bancos estatais, Guedes se dedique nos próximos dias a definir a estrutura final e os nomes dos principais auxiliares. A princípio, o futuro superministério terá seis grandes secretarias. As conversas ainda estão em andamento, e o número de secretarias ainda pode ser modificado, mas já há nomes bem cotados para cada uma das áreas, segundo três integrantes do time de transição ouvidos pelo Estado.

No desenho que vem sendo pensado, além de Mattar em "privatizações" e Cintra em "arrecadação", a "secretaria de produtividade e competitividade" ficaria com Carlos da Costa, ex-diretor do BNDES e colaborador do time. Mansueto de Almeida, atual secretário do Tesouro e já confirmado na futura equipe, comandaria a "secretaria de economia", acumulando o Tesouro com outras áreas.

Para a secretaria de "gestão e modernização", está cotado o advogado Paulo Uebel, ex-secretário de João Doria na Prefeitura de São Paulo e parte da equipe de transição. Já o economista Marcos Troyjo pode ficar com a secretaria responsável pelo comércio exterior.

Atual ministro do Planejamento, Esteves Colnago está quase confirmado na equipe econômica de Jair Bolsonaro, segundo uma importante fonte do time de transição. Ele está sendo pensado para o cargo de secretário executivo do superministério. A ideia é que ele ajude a "tocar a máquina", explica um integrante do time. Colnago já se reuniu com Guedes, que gostou bastante da conversa.

Ajustes

Uma fonte da equipe pondera que o desenho de seis secretarias com seus respectivos comandantes ainda pode sofrer ajustes, já que é preciso, antes de tudo, confirmar o número de secretarias. Uma ala do time advoga por enxugar ainda mais o organograma, deixando o futuro ministério com cinco ou até quatro secretarias.

De qualquer maneira, algumas áreas e postos importantes fatalmente perderão relevância. É o caso da Receita Federal, que passará a ser uma estrutura do terceiro escalão, abaixo do secretário de “arrecadação”.

Dois importantes colaboradores da campanha e da transição, os pesquisadores do Ipea Adolfo Sachsida e Alexandre Ywata, também devem assumir postos no governo. Ywata está sendo cogitado para a diretoria de um bancos estatal. Já Adolfo Sachsida poderia assumir uma assessoria especial.

Um integrante do grupo nota ainda que segue a pressão no entorno de Jair Bolsonaro de representantes de setores industriais pela manutenção do Ministério da Indústria e Comércio. Guedes tem resistido.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/11/2018

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes, O Estado de S.Paulo

Título: Governo atual pede que transição não mexa nas regras de óleo e gás

Bolsonaro quer adotar modelo de concessão para as área do pré-sal e eliminar o modelo de partilha hoje em vigor

RIO - De olho nos R\$ 100 bilhões que devem entrar no caixa da União com a venda do direito de explorar áreas de baixo risco no pré-sal, o atual governo tenta convencer a equipe de transição de que o momento não é oportuno para mexer nas regras do setor.

O presidente eleito, Jair Bolsonaro, quer adotar um único modelo de contrato para áreas de pós e pré-sal, o de concessão, e acabar com o regime de partilha, utilizado apenas no pré-sal. Mas, para isso, vai precisar da autorização do Congresso, o que pode interferir no cronograma de realização do leilão de áreas excedentes da cessão onerosa, previsto para o segundo trimestre do ano que vem.

PUBLICIDADE

“Toda hora que colocam um assunto desse (fim da partilha) no Congresso, há o risco de alguém apresentar uma emenda e tudo sair do controle”, disse o **secretário de Petróleo do Ministério de Minas e Energia (MME), Márcio Felix**. “Se entrarmos com discussão sobre o fim da partilha no Congresso, corremos o risco de paralisar os leilões e isso é tudo o que a gente não quer”, acrescentou José Mauro Coelho, diretor de Petróleo da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

O governo depende do dinheiro do leilão do excedente da cessão onerosa para pagar uma dívida bilionária com a Petrobrás e ainda compor o orçamento do ano que vem. Segundo Felix, a equipe de Bolsonaro é “receptiva” aos argumentos do MME. Se prevalecer a ideia de não mexer nas regras do setor no primeiro semestre de 2019, o leilão do excedente da cessão onerosa seguirá o regime de partilha e a Petrobrás manterá a prioridade de escolher se quer ou não liderar os projetos.

Petrobrás e União firmaram o contrato de cessão onerosa em 2010, quando a estatal recebeu do governo 5 bilhões de barris de óleo (que inclui petróleo e gás natural) no pré-sal da Bacia de Santos e se comprometeu a rever o valor do acordo quando começasse a produzir na região.

Créditos

Desde 2015 os dois lados debatem se os R\$ 74,8 bilhões pagos pela estatal há oito anos foram excessivos. Neste ano, chegaram à conclusão de que a petroleira tem um crédito bilionário a receber, mas, para isso, parlamentares e o Tribunal de Contas da União (TCU) têm que aprovar aditivos ao contrato que vão garantir o pagamento do Tesouro à empresa. Ultrapassada essa fase, o governo poderá leiloar descobertas feitas pela estatal que excedem os 5 bilhões de barris de petróleo, o excedente da cessão onerosa.

Essa é a concorrência de áreas de pré-sal mais esperada pela indústria petroleira no Brasil, porque a Petrobrás já descobriu volumes expressivos de óleo e gás nas quatro áreas da cessão onerosa – Atapu, Búzios, Itapu e Sépia – e o risco geológico do negócio é praticamente nulo.

A ideia é ofertar de três a quatro contratos, o que significa que duas áreas poderão estar reunidas em um só bloco. Os vitoriosos vão ter que conviver com a Petrobrás, porque o excedente da cessão onerosa está localizado exatamente na mesma região onde a estatal já opera os 5 bilhões de barris cedidos pelo governo em 2010.

Em evento de comemoração dos cinco anos de existência do regime de partilha, Felix, que participa da equipe de transição, disse que “nenhuma medida disruptiva está sendo planejada” pelo governo eleito.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/11/2018

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia | De Fortaleza*

Título: Aneel estuda anexar garantias legais para viabilizar venda de distribuidora

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) avalia incluir as mudanças legais colocadas pela Medida Provisória 855, publicada na semana passada, em anexo ao contrato de concessão da Amazonas Energia, cujo leilão de privatização está marcado para 10 de dezembro, disse o diretor-geral da agência reguladora, André Pepitone. O objetivo é aumentar a segurança do certame, a fim de garantir a participação de investidores.

"Não se tem dúvida, o direito será garantido pela agência reguladora. O que não está definido ainda é apenas a forma de se fazer isso", disse Pepitone em entrevista ao **Valor**, concedida durante sua participação no Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica (Sendi).

Isso quer dizer que, aos olhos da agência reguladora, um investidor que arremate a concessionária no próximo mês terá a garantia da adequação do fluxo de caixa futuro da distribuidora, o que viabiliza o negócio. Segundo ele, essa garantia está definida claramente pela MP 855.

"A própria MP fala que precisa ser firmado um termo de compromisso entre a Aneel e o investidor", disse Pepitone. "Não precisamos inovar nada, o contrato de concessão está posto. Estamos avaliando se fazemos termo de compromisso ou, até para melhorar a segurança do processo, pegamos os desígnios da MP e, em vez de assinar um termo de compromisso, colocamos como um anexo ao contrato."

Pepitone disse não ver problema no fato de se tratar de uma medida provisória ainda não convertida em lei. Segundo ele, MPs são leis enquanto vigentes, o que dá a segurança jurídica para o ato.

Fontes ouvidas pelo **Valor** afirmam que a medida pode ser suficiente para atrair investidores para o leilão, incluindo a Equatorial, favorita na disputa por sua experiência na recuperação da Celpa. O diretor-geral da Aneel se mostrou

otimista quanto ao sucesso do leilão, afirmando que há grande movimentação de investidores no data room.

Em princípio, a ideia de um anexo não fere as regras do leilão, pois não há fato novo, as regras são as mesmas. "É o mero cumprimento legal", disse Pepitone. "Se não for possível, vamos seguir com o termo de compromisso", detalhou. A assinatura do termo será cumprida antes do prazo final da MP para ser aprovada, garantindo sua validade.

"O investidor vai participar com base em um termo de compromisso e em uma lei válida", disse Pepitone. A avaliação sobre a possibilidade de inclusão do anexo ao contrato não deve ser concluída até sexta-feira. Como o termo de compromisso já é garantido, a expectativa do regulador é que investidores tenham interesse no leilão mesmo assim.

Igual entendimento vale para a Eletrobras em relação aos créditos com fundos setoriais, que dependem da MP para serem concretizados. Segundo Pepitone, a Aneel vai garantir que a estatal tenha direito aos créditos, que são, em grande parte, recebíveis futuros da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) para pagamento de despesas com o abastecimento para geração de energia.

*** A repórter viajou a convite da Associação Brasileira de Distribuição de Energia Elétrica (Abradee)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/11/2018

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia | De Fortaleza

Título: Agência avalia 'descotização' de usinas hidrelétricas

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) está avaliando as garantias físicas das hidrelétricas enquadradas no regime de cotas e uma possível "descotização" delas. O objetivo é promover o reequilíbrio estrutural do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) - espécie de "condomínio" que reúne todas as hidrelétricas do sistema -, disse André Pepitone, diretor-geral da agência reguladora.

Esse reequilíbrio é necessário para resolver o problema do risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) das usinas no regime de cotas repassado aos consumidores do mercado cativo por meio da tarifa. No último ano, o montante chegou a R\$ 20 bilhões.

As usinas no regime de cotas de garantia física e potência são aquelas que tiveram as concessões renovadas nos termos da Medida Provisória (MP) 579, convertida na Lei 12.783 de 2013, criada com o intuito de reduzir as tarifas de energia.

Os geradores recebem uma tarifa mais baixa para manutenção e operação dos ativos. O GSF, contudo, é risco do consumidor nesses casos, e seu custo bilionário acaba sendo transferido por meio das tarifas.

Segundo Pepitone, os estudos serão feitos considerando a descotização, mas respeitando o nível de contratação hoje do mercado cativo. "O MRE, é fato, está estruturalmente desequilibrado. Precisa ser revisto urgentemente. Temos tido interação sobre isso com a equipe do governo de transição [de Jair Bolsonaro]."

"A tarifa no Brasil é muito elevada, está além da capacidade de pagamento do consumidor. A agência tem essa sensibilidade", afirmou Pepitone, completando que "nada, nem um real sequer, pode ser introduzido na tarifa para o consumidor fazer frente aos custos."

Em relação ao problema da judicialização do GSF no mercado livre, o diretor disse que resolver o problema é prioridade da Aneel. A negociação de um acordo infralegal com os geradores acontece paralelamente à tramitação no Congresso de uma nova tentativa de alteração legal para resolver a guerra de liminares.

A Aneel apresentou uma proposta de acordo infralegal aos geradores baseada na compra de energia de reserva, mas o plano não foi considerado atrativo. Os geradores, então, fizeram uma contraproposta, na qual pleitearam repactuar apenas o GSF de 2015, tendo, em retorno, a extensão das concessões de forma proporcional ao deslocamento hídrico causado por motivos não hidrológicos, como importação de energia e atraso na conclusão de obras de transmissão. A proposta é baseada na MP 688, convertida na Lei 13.203, de 2015.

"Nesse momento, avaliamos as questões colocadas" disse Pepitone. Se houver robustez legal, a negociação poderá avançar. "Mas o tema precisa ser aprofundado para termos total segurança e compreensão sobre o real respaldo que a lei confere."

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 23/11/2018****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De Fortaleza****Título: Distribuidoras vivem fase de transformação**

O planejamento do segmento de distribuição de energia ao longo dos próximos anos está sendo pautado pelo desenvolvimento de tecnologias, como crescimento da geração distribuída, mobilidade elétrica, inserção de novas fontes e aumento do "empoderamento" do consumidor. O termo foi um dos mais citados nos primeiros três dias do Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica (Sendi), realizado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) e promovido pela Enel Ceará (ex- Coelce).

"O empoderamento do consumidor acontecerá não por ideologia, mas por uma questão tecnológica", diz **Ildo Grüdtner, secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia (MME)**.

A geração distribuída, por exemplo, já é realidade no setor, com crescimento exponencial nos últimos três anos e perspectivas de avanços ainda maiores. Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), hoje, há cerca de 560 megawatts (MW) de potência instalada na modalidade, ante 260 MW ao fim de 2017.

"O que precisamos no futuro? Precisamos de aperfeiçoamento na regulação, antecipar ajustes regulatórios, novos procedimentos. Passaremos por processos adaptativos", afirma Nelson Leite, presidente da Abradee.

Leite resume a inovação no setor de distribuição em três termos: descentralização, digitalização e descarbonização. No caso de descentralização, ele explica que a tendência é de retomada às origens, com aumento da geração distribuída e iniciativas relacionadas, agora viáveis em pequena escala por conta do desenvolvimento tecnológico.

No caso de digitalização, hoje, há equipamentos no mercado para modular a carga de acordo com a geração disponível, e não o contrário. "O consumidor poderá escolher deixar de consumir em um determinado momento a depender do preço", explica.

A descarbonização é composta pela introdução gradual de veículos elétricos em substituição aos de combustão interna e também pelo crescimento das fontes renováveis não convencionais de geração de energia.

A digitalização das redes de distribuição de energia também impõe outros desafios, como a questão de segurança cibernética. Para Robert Denda, chefe de tecnologia em redes no braço da Enel de infraestrutura, é importante que os equipamentos tenham acesso seguro, com possibilidade de atualização e melhorias frequentes.

Todas essas mudanças geram necessidade de aprimoramento na regulamentação. Ao longo de 2019, uma das prioridades da Aneel é justamente aprimorar as regras em torno da geração distribuída. "A sustentabilidade e o equilíbrio do modelo de geração distribuída é o grande desafio para a regulação. Precisamos avaliar a correta maneira de se precificar o uso do fio", disse André Pepitone, diretor-geral da agência.

A mobilidade elétrica também é prioritária para a agência reguladora. As regras que permitem a cobrança da energia usada no abastecimento dos veículos elétricos já foram aprovadas, mas ainda é necessário avançar mais. Por isso, a Aneel abriu consulta pública para recolher subsídios para fazer a chama de um projeto de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) estratégico sobre o tema.

Como parte da preparação para essas transformações, a Abradee anunciou um acordo de parceria estratégica com a Enel Foundation, que vai permitir a troca de informações e experiências entre as partes. O convênio de cooperação científica foi assinado pelo Instituto de Energia da associação, que é uma entidade sem fins lucrativos e que desenvolve estudos e pesquisas no setor elétrico.

Segundo Nelson Leite, com o acordo, a Abradee terá acesso a um banco de dados da Enel Foundation com informações da União Europeia, permitindo troca de informações em temas de interesse comum como digitalização da rede elétrica, introdução de fontes renováveis e mobilidade elétrica. A Abradee terá acesso ainda a treinamentos e cursos da União Europeia sobre esses temas.

A repórter viajou a convite da Abradee

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Setor elétrico espera retomada da demanda com novo governo

A reação do setor elétrico à eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República foi positiva, uma vez que sua agenda aparenta ser favorável à promoção

comercial e ao desenvolvimento do mercado de energia. O desempenho do setor e uma recuperação da demanda por energia, contudo, vão depender da retomada da economia brasileira, avalia Bruno Brunetti, diretor-geral do segmento global de energia da S&P Global Platts.

"Quando se trata de Brasil, a demanda está ligada à situação macroeconômica", disse Brunetti, lembrando que, antes da crise que se aprofundou nos últimos anos, a carga crescia 3 gigawatts (GW) ao ano no país, em média. Agora, o crescimento tem sido em torno de 1 GW. "O crescimento da economia vai ditar a quantidade de capacidade adicional de geração que será contratada", afirmou.

Com base nos dados de demanda de energia medidos até 24 de outubro, a S&P Global Platts Analytics acredita que as tendências de demanda no Brasil continuam enfraquecidas. Pelos cálculos da consultoria, o crescimento da carga desacelerou de uma alta anual de 1,8% em 2017 para algo em torno de 1,3% neste ano.

Do lado da oferta, a aposta de Brunetti é na energia eólica, que tem uma posição já forte no Brasil e deve se fortalecer ainda mais. "No momento, o Brasil é um dos maiores países em termos de adições anuais de eólicas no mundo. Esperamos que a tendência continue graças a fatores como os ventos muito bons e ao fato de os projetos estarem baratos", afirmou.

Ao mesmo tempo em que a fonte eólica ganha força, Brunetti avalia que as termelétricas a gás devem ser cada vez mais presentes na matriz econômica do país. "Elas exercem um papel importante na flexibilidade da operação do sistema", afirmou, lembrando que as hidrelétricas também são importantes, pois seus reservatórios normalmente servem para ajudar a estabilizar a oferta de energia em meio ao crescimento das fontes intermitentes, como as eólicas.

"Na perspectiva global, há uma mudança no papel do gás, que está se tornando uma fonte flexível ajudando especialmente a compensar questões sazonais, quando há mudanças na carga ou diferenças na geração ao longo do ano", afirmou Brunetti.

Já a fonte solar está tendo um desenvolvimento "mais lento" que as eólicas, segundo o especialista. "As eólicas cresceram rapidamente, devido ao fator de capacidade alto e aos custos, que, com base nos últimos leilões, podemos ver que são extremamente baixos."

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 23/11/2018****Seção: Brasil****Autor: Vandson Lima, Carla Araújo, Rafael Bitencourt e Marta Watanabe | De Brasília e São Paulo****Título: Equipes negociam MP para mudar cessão onerosa**

A edição de uma nova medida provisória (MP) pode ser o caminho para o desfecho da negociação tríplice entre o Congresso Nacional, o governo atual de Michel Temer e interlocutores do futuro governo de Jair Bolsonaro para aprovar uma eventual distribuição a Estados e municípios de parte do bônus de assinatura das áreas da cessão onerosa, que podem render até R\$ 100 bilhões. Ontem, o **Valor** mostrou que o governo eleito pretende mudar o marco legal do pré-sal, para elevar a arrecadação com a mudança do regime de partilha para concessão, além de criar mecanismo para dividir os recursos com Estados e municípios.

Segundo fonte do governo diretamente envolvida na negociação, o Ministério do Planejamento está estudando as possibilidades. O encaminhamento é dos mais complicados porque, para o atual governo, seria fundamental que a cessão onerosa fosse aprovada tal como está, sem alterações e sem previsão imediata de repasse, para cumprir integralmente a chamada "regra de ouro".

O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Marcio Felix, afirmou que, se o governo editar MP para ampliar a arrecadação com o leilão do óleo excedente dos contratos de cessão onerosa da Petrobras e também aumentar o repasse de recursos a Estados e municípios, o certame ficaria para 2020 "na melhor das hipóteses".

"É preciso considerar o risco político que está envolvido nisso e o atraso a ser provocado pela mudança de regra. Além de termos a incerteza da renovação do Congresso, poderia haver um novo racha entre os parlamentares para definir a divisão dos recursos entre os entes da federação", disse o secretário. Segundo ele, a experiência no Parlamento brasileiro já mostrou que esse é um tema que divide aliados e une adversários, na ânsia de ampliar a fatia de recursos para seus próprios Estados.

Felix pondera que o edital de venda do óleo excedente dos contratos de cessão onerosa é analisado há dois meses pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Para ele, esse tempo seria perdido. "Até a aprovação da MP, que poderia ocorrer em meados do próximo ano, o tribunal vai começar tudo do zero, para considerar a exploração pelo regime de concessão [não mais de partilha]."

O técnico explicou que as regras do leilão independem da aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 78/18. A aprovação da matéria está sendo aguardada apenas para facilitar a conclusão do acordo da União com a Petrobras sobre o volume de óleo excedente.

Para o secretário, o regime de concessão dificultaria ainda o acordo sobre a unitização de áreas. Pelo regime de partilha, o ressarcimento é pago com óleo extraído da própria reserva, mas na concessão isso não está definido.

Na semana passada, o Senado inseriu em um projeto dispositivo que destina 50% dos recursos vindos da comercialização do petróleo do pré-sal - que iriam integralmente para o Fundo Social - para outro fundo, o Brasduto, voltado para expansão de gasodutos e para o fundo de participação de Estados e municípios. Agora, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), entrou no circuito para negociar com os futuros ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, além de parcela do fundo social, a divisão de parte do bônus da cessão onerosa. "Se queremos ser uma federação de verdade, não pode a União ficar com tudo enquanto Estados e municípios estão em extrema dificuldade", apontou Eunício.

O grupo de Bolsonaro sinalizou que aceita dividir o recurso, mas preferiria fazer isso futuramente, até como forma de barganhar com a próxima composição do Congresso o apoio a reformas estruturais, como a Previdência. Mas percebeu que, se isso fosse levado a cabo, o Senado travaria o trâmite da cessão onerosa.

Por isso, abriu-se nova negociação e a possibilidade de uma MP. Tecnicamente, o Fundo Social foi criado com o objetivo de garantir que parte dos recursos do pré-sal garanta investimentos nas áreas de Saúde e Educação. Essas duas áreas governamentais hoje têm forte caráter descentralizado, ou seja, são executadas por Estados e municípios, ainda que em boa parte com recursos repassados pelo governo federal.

A legislação permite que parte do bônus de assinatura também seja destinada a esse fundo, mas para fazer a partilha com os entes federativos seria necessária uma mudança de lei prevendo isso e estabelecendo também os critérios para essa divisão, como os percentuais para cada ente. Aí entra a MP, uma possibilidade confirmada ao **Valor** por duas fontes do Congresso envolvidas na articulação e uma do Planalto.

O atual ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, não descartou a possibilidade de o governo editar uma MP, mas ressaltou que, "neste momento, o pensamento do governo é de que é possível aprovar o projeto no Senado e até mesmo na Câmara se houver modificações no texto". "Não vejo dificuldades de o Senado incluir as mudanças que julgar necessárias", disse.

Marun afirmou ainda que o assunto está sendo debatido com os líderes e que a sinalização do Senado é que só há disposição de votar com a inclusão de recursos para Estados e municípios já no texto ou, ao menos, um compromisso com um acerto posterior, que seria a MP. O ministro ressaltou que o governo de Michel Temer entende que é "preciso haver uma sinalização do futuro governo" de Bolsonaro também nessa discussão, já que é a equipe do próximo presidente é que gerenciará os recursos oriundos da cessão onerosa.

A secretária-executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi, diz que se preocupa com a discussão sobre distribuição aos Estados dos recursos do leilão dos excedentes da cessão onerosa de petróleo. "A distribuição aos Estados, confesso, muito me preocupa. Precisamos empreender um ajuste que é de todos, não adianta tirar de um lugar e colocar no outro", disse a secretária-executiva. "Todos os entes da federação precisam reduzir suas despesas. Esse processo pode gerar incentivos inadequados a essa percepção que é clara para todos nós. segundo ela.

A segunda preocupação, disse Vescovi, é que não adianta fazer um processo de distribuição de recursos neste momento com o desafio enorme da "regra de ouro", referindo-se ao impedimento constitucional de financiar gastos correntes com emissão de dívida. "E nas contas estaduais precisamos promover instrumentos para que os Estados façam seus ajustes pelo lado da despesa. Essa é uma receita que pode entrar ajudando a cumprir a 'regra de ouro'", concluiu.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/11/2018

Seção: Brasil

Autor: Arícia Martins | De São Paulo

Título: Administrados levam IPCA-15 a desacelerar, dizem analistas

Em meio a um quadro bastante tranquilo para os preços livres, a queda de itens administrados fez a inflação perder força na primeira quinzena de novembro, movimento que deve ser reforçado ao fim do mês, avaliam economistas. Segundo a estimativa média de 37 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor Data, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15) desacelerou de 0,58% em outubro para 0,23% agora.

As projeções para a prévia da inflação oficial, que será divulgada hoje pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vão de retração de 0,03% a alta de 0,32%, mas apenas uma previsão está abaixo de zero. Para o IPCA fechado do mês, no entanto, mais analistas trabalham com deflação, porque as

taxas negativas na tarifa de eletricidade residencial e nos combustíveis vão se acentuar até o fim de novembro.

Em 12 meses, a expectativa é que o IPCA reduza sua alta de 4,53% na medição anterior para 4,43% na atual, voltando a ficar, portanto, abaixo da meta anual perseguida pelo Banco Central, de 4,5%. O nível inferior deve ser mantido até o fim do ano.

Com a troca do patamar mais caro da bandeira tarifária vermelha para a amarela nas contas de luz, esses itens recuaram 2,3% no IPCA-15 de novembro, após queda de 0,08% em outubro, calcula Marcio Milan, economista da Tendências Consultoria. Assim, a tarifa de energia elétrica deve ser o principal impacto negativo individual, de 0,09 ponto percentual, sobre o IPCA-15 do mês. Em suas estimativas, a inflação ficou em 0,21% no período.

Por causa dos preços de energia, o grupo habitação deixou avanço de 0,15% no mês anterior e, agora, caiu 0,39%, segundo Milan. Os transportes, acrescenta ele, foram outro grupo com redução no período, de 0,08%, devido aos reajustes negativos dos combustíveis nas refinarias, refletindo a queda da cotação internacional do petróleo e o alívio na taxa de câmbio. A consultoria trabalha com queda de 0,9% na gasolina e de 0,31% no óleo diesel no IPCA-15 de novembro.

No fim do mês, o IPCA deve ir para o campo negativo (-0,04%), com deflação maior em energia e combustíveis, prevê a Tendências. "É bem raro uma deflação em novembro", diz o economista, que diminuiu ligeiramente sua projeção para a alta do IPCA em 2018, de 4,5% para 4,4%, em razão da queda prevista para este mês. Se em dezembro for acionada a bandeira verde (que deixa as contas de luz livres de cobranças extras), a previsão poderá sofrer novo corte, observa Milan.

Única instituição a prever retração em novembro já na primeira quinzena, o Santander espera queda de 0,03% no IPCA-15. "O impacto da valorização recente do real e queda no preço do barril de petróleo, assim como a mudança da bandeira tarifária de vermelha 2 para amarela, já devem gerar alívio na inflação para o mês", afirma a equipe econômica do banco em relatório.

De acordo com o Santander, os preços de tubérculos ainda figuram como uma pressão persistente nos alimentos, mas os efeitos deflacionários das tarifas administradas foram maiores.

Milan, da Tendências, estima que a parte de alimentação e bebidas avançou de 0,44% para 0,70% na passagem mensal. Além dos alimentos in natura, ele acrescenta que o aumento das commodities no atacado ainda está sendo

repassado ao varejo, como resultado da depreciação cambial ocorrida antes de outubro. "Apesar de os preços ao produtor terem mostrado reversão no último mês, houve muitas altas no período anterior."

Em sentido contrário, a LCA Consultores aponta que os preços de artigos de residência e de saúde e cuidados pessoais perderam fôlego no IPCA-15 de novembro. No primeiro grupo, a perspectiva é de descompressão de 0,49% para 0,25%, em razão das quedas previstas nos itens eletrodomésticos e equipamentos e no subgrupo TV, som e informática. Já a parte de saúde aumentou 0,31%, ante 0,66% na leitura de outubro, comenta a LCA.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/11/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Eletrobras muda data

A Eletrobras anunciou ontem a noite a nova data para o leilão da Amazonas Energia, que estava marcada para ocorrer na próxima terça-feira, dia 27. A entrega dos documentos está marcada, agora, para o dia 6 de dezembro. O leilão deve ocorrer no dia 10 de dezembro.

Distribuição de aço

As vendas de aços planos no mercado brasileiro pela rede de distribuição tiveram ligeira alta, 0,6%, em outubro, na base de comparação anual, conforme números divulgados ontem pelo Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda). A rede comercializou no mês 268,5 mil toneladas. Em relação a setembro - que registrou demanda reprimida pela indefinição política e pela retração verificada na economia desde a greve dos caminhoneiros, em maio, houve aumento de 4,3%. As distribuidoras voltaram a comprar mais das siderúrgicas e recompuseram estoques. Para o ano, o presidente do Inda, Carlos Loureiro, estima crescimento de 5% nas vendas comparado com 2017. A previsão inicial era crescer o dobro desse percentual. Em 2019, com novo governo e retomada econômica, a expectativa é alcançar alta de 10% sobre 2018.

CPFL ajusta valor da OPA

A CPFL Energias Renováveis informou ontem que o seu acionista controlador indireto, a State Grid Brazil Power, ajustou o preço da oferta pública de ações

(OPA) para R\$ 16,85 por ação ordinária. O valor anterior era de R\$ 14,60, conforme o edital publicado em 22 de outubro. O ajuste ocorreu pela variação da taxa Selic, desde o fechamento da oferta, em 23 de janeiro de 2017, até a liquidação financeira, na próxima quinta-feira, e pelo montante pago em dividendos de R\$ 3,6 milhões, conforme aprovado em assembleia em 26 de abril de 2018.

Minério cai

Os preços do minério de ferro mantiveram a tendência de queda ontem, puxados pela desvalorização de produtos siderúrgicos. Conforme a "Metal Bulletin", a tonelada da commodity com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao caiu 2,20%, cotada a US\$ 72,18 a tonelada. Segundo a publicação, as usinas chinesas deixaram de comprar minério de ferro nesta semana devido à queda nos preços do aço, "mas podem voltar a comprar na próxima semana", disse uma fonte de uma usina da China.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho | Do Rio e Golfo do México

Título: Petroleiras buscam ganho de eficiencia na tecnologia digital

Menor tempo de perfuração de poço petrolífero, maior taxa de sucesso na localização de reservatório petrolífero, menor risco de acidentes utilizando robô para fazer inspeção nos equipamentos instalados no fundo do mar. Esses são apenas alguns dos benefícios já alcançados a partir da transformação digital na indústria de petróleo, que está possibilitando a redução de custos diretos na produção de óleo e derivados de 10% a 15%, de acordo com a consultoria Bain & Company. Ainda há mais por vir. Segundo a empresa, a transformação digital tem um potencial de economia no orçamento de novos investimentos (capex) de projetos petrolíferos de 15% a 20%.

"Como os números da indústria de petróleo, principalmente offshore [marítimo], que são todos da ordem de grandeza de bilhões de dólares, o impacto no setor é efetivamente muito grande", diz José de Sá, especialista do mercado petrolífero da Bain & Company. Segundo ele, as grandes companhias do setor estão investindo entre US\$ 2 bilhões e US\$ 3 bilhões ao ano em projetos que contenham ferramentas e conceitos relacionados à transformação digital.

Mais do que a redução de custos, outros fatores relevantes estão por trás da revolução tecnológica que, assim como diversos setores da economia, ocorre na indústria petrolífera. Entre eles estão o aumento da rentabilidade dos investimentos, com a redução do "break-even de projetos", que, em alguns casos, é determinante para torná-los economicamente viáveis.

Esse fator é sensivelmente importante considerando que as petroleiras enxergam no horizonte o pico da demanda global de petróleo - algumas projetam o pico para a década de 2030, outras para 2040 ou 2050 - e são fortemente ameaçadas pelo rápido desenvolvimento das fontes renováveis.

Segundo Sá, a partir do ano passado, houve uma intensificação da pressão, por parte da sociedade e de investidores institucionais, sobre as petroleiras, em torno da transição energética. Não à toa, grandes petrolíferas estão ampliando investimentos na área de fontes renováveis. Essa combinação de fatores deve acelerar o pico da demanda por petróleo.

"Uma implicação importante do 'pick demand' é que todas as empresas estão trabalhando com o número mágico de "break-even" de US\$ 40 por barril. Isso significa que é preciso continuar com o esforço de eficiência de capex e opex na produção de petróleo. E a transformação digital é um elemento importante para ajudar nessa equação", diz o especialista.

O vice-presidente global da divisão de Águas Profundas da Shell, Wael Sawan, diz que o "break-even" médio dos seus projetos está abaixo de US\$ 30 o barril. Os novos projetos ficam entre US\$ 30 e US\$ 40, enquanto projetos considerados complexos variam de US\$ 35 a US\$ 45. O projeto bilionário de Vito, no Golfo do México, por exemplo, tem custo inferior a US\$ 35.

"Estamos olhando, em parceria com a Petrobras, oportunidades com digitalização em Libra", disse Sawan. A anglo-holandesa tem 20% na área de Libra no pré-sal da Bacia de Santos, em parceria com a Petrobras (operadora, com 40%), a Total (20%) e as chinesas CNPC (10%) e CNOOC (10%).

O IBP criou o comitê de transformação digital com o objetivo de compartilhar as várias soluções desenvolvidas

De olho no potencial de ganhos de eficiência e aumento da segurança de seus funcionários, a Petrobras está criando uma área específica de transformação digital. Uma das metas planejadas é reduzir para menos de três anos o tempo entre o leilão da área na rodada de licitação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a produção do primeiro óleo no local. Só para efeito de comparação, no caso de Libra, o tempo entre o leilão, em

outubro de 2013, e o primeiro óleo na região, em novembro de 2017, foi de pouco mais de quatro anos.

"Temos orçamento de TI [Tecnologia da Informação] em torno de R\$ 500 milhões por ano e vemos cada vez mais projetos vinculados à transformação digital nesse orçamento. O Cenpes [Centro de Pesquisa da Petrobras] investe quase R\$ 2 bilhões por ano. Na carteira do Cenpes, tínhamos, no ano passado, 10% de projetos com componentes de transformação digital. Hoje já são 25%", diz Nelson Silva, diretor de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão da estatal.

Outra parceira da Petrobras em projetos no Brasil, a norueguesa Equinor também criou um centro corporativo de excelência digital para estudar e implementar iniciativas que possam agregar valor ao negócio. Um exemplo é a utilização de análise avançada de algoritmos com aplicação de inteligência artificial alinhada a sensores inteligentes de internet das coisas para acompanhar remotamente o funcionamento de válvulas.

Entre os resultados potenciais esperados pela Equinor estão a agregação de valor de US\$ 2 bilhões para o negócio, o que representa 3% em volume de produção em áreas que estão em operação e deverão continuar produzindo entre 2020 e 2025; redução de 15% em investimentos em perfuração; redução de até 30% em investimentos na construção de plataformas de produção; e agregação de valor de US\$ 500 milhões com operações integradas remotas em campos terrestres, nos EUA.

"A transformação digital precisa ser tratada como reformulação total na forma de pensar e gerir o negócio, sendo acima de tudo transformação organizacional e cultural, e não simplesmente um projeto tecnológico e/ou de inovação", explica Anderson Marinho, chefe de Digitalização na Equinor Brasil.

Segundo Sá, da Bain & Company, porém, ainda há um dilema a ser enfrentado pelas companhias. Como há muitas empresas desenvolvendo muitos projetos na área de tecnologias digitais, nem sempre os resultados esperados são alcançados, gerando frustração nas companhias, após terem feitos pesados investimentos.

"Tem muita gente trazendo muita coisa à mesa. E a verdade é que, para você conseguir chegar ao potencial pleno de qualquer dessas soluções, ainda dá muito trabalho. E a maioria das empresas não está preparada para lidar com a implementação de soluções de digital de maneira madura", diz.

Superar este dilema é justamente o principal objetivo do recém-criado comitê de transformação digital do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e

Biocombustíveis (IBP). Lançado neste mês, o comitê, que contará com dois representantes de cada uma das principais petroleiras em atuação no Brasil, vai se reunir uma vez por mês para compartilhar avanços nos projetos de transformação digital em suas respectivas empresas. O passo seguinte será a realização de workshops, previstos para o próximo ano, para apresentar aos fornecedores de alta tecnologia os maiores gargalos de custos e demandas comuns do setor no país, com objetivo de acelerar provas de conceito de projetos digitais inovadores, de forma escalável.

Segundo o coordenador do comitê, Daniel Michilini Carocha, a troca de informações e projetos digitais, como a utilização de drones e inteligência artificial, entre as companhias e a abertura de oportunidades conjuntas de prova de conceito serão o grande motor para a aceleração de projetos de transformação digital, com resultados de curto e médio prazos. "O grande objetivo do comitê é não só produzir projetos, conhecimento em geral, mas em saber como podemos de fato entregar valor à indústria no curto e médio prazos", afirma. "Existe uma enorme oportunidade de acelerarmos o processo compartilhando os bons projetos que temos no mercado".

Segundo Carocha, a estabilidade do preço do petróleo e o custo de produção no Brasil, em comparação com outros lugares, são dois pontos chave para mobilizar a indústria para a transformação digital. Segundo ele, a redução de custo de produção de US\$ 4,2 por barril, considerando o nível de produção diária do país, tem potencial de ganho financeiro de US\$ 4 bilhões.

O repórter Rodrigo Polito viajou ao Golfo do México a convite da Shell

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras estrutura área específica para buscar soluções

A Petrobras vai dedicar atenção especial à transformação digital no seu novo plano de negócios e gestão para o período 2019-2023, previsto para ser divulgado no início de dezembro. A companhia está trabalhando na estruturação da área específica de transformação digital, que será vinculada à diretoria de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão da companhia, mas funcionará fisicamente separada de todas as demais bases da estatal. O local, porém, ainda está sendo definido.

"Não podemos falar em números [de investimentos] agora, mas essa área terá seu próprio orçamento, vinculado à geração de valor. Esperamos gerar bilhões em termos de resultado positivo para a companhia", conta o diretor de Estratégia de Organização e Sistema de Gestão da Petrobras, Nelson Silva. "Dentro desse orçamento 2019-2023, vai ter uma reserva para transformação digital".

Ainda não está definido o número de pessoas que vão compor a equipe de transformação digital da estatal, que será coordenada por Augusto Borella, gerente geral de transformação digital da petroleira.

"Isso [número de componentes da equipe] vai depender do número de projetos que vamos ter [na área]. Estamos definindo a carteira ainda", explica Silva.

Segundo o executivo, a necessidade de redução do preço de equilíbrio dos projetos é algo cada vez mais crítico na indústria petrolífera. Por esse motivo, a transformação digital tem ganhado importância cada vez maior nos planos da companhia.

"O importante é estar sempre trabalhando com esse esforço de operar a companhia a preço de equilíbrio de petróleo internacional cada vez mais baixos. E a tecnologia digital tem esse papel muito importante, no sentido de permitir com que você melhore a produtividade e reduza custos para atingir esse objetivo", afirma Silva.

Nessa linha, uma das principais metas da empresa é reduzir para pouco menos de três anos o tempo entre a vitória de um bloco em um leilão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e o primeiro óleo extraído no local. "Um dos desafios que colocamos é fazer isso em mil dias", afirma o executivo.

"Na medida em que não temos nenhum controle sobre o preço do petróleo e que temos que ser uma empresa rentável em qualquer cenário, é importante estarmos sempre buscando melhor produtividade, de maneira incessante. Isso tem de fazer parte do nosso dia a dia. E vemos a tecnologia digital como uma maneira crítica para que alcancemos esses objetivos", explica Silva.

Entre os exemplos de projetos desenvolvidos pela empresa está o monitoramento e análise em tempo real da pressão durante a perfuração dos poços, por meio de robôs. O sistema, que já funciona há pouco mais de três anos, já evitou perdas da ordem de US\$ 100 milhões.

A área jurídica da empresa também conta com automação para fazer análise de aproximadamente 55 mil processos, em apenas 12 minutos, permitindo maior previsibilidade sobre chances de ganho ou perda de processos similares.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 23/11/2018****Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes | De São Paulo****Título: Gerdau vai investir R\$ 550 milhões em aços especiais no interior de SP**

Pouco tempo depois de encerrar um programa de venda de ativos que gerou R\$ 7,4 bilhões nos últimos quatro anos e concentrou os negócios nas operações de maior rentabilidade nas Américas, o grupo Gerdau volta a investir em expansão. A primeira etapa do novo ciclo de investimentos será dedicada a aços especiais, com foco em veículos. "Dentro do nosso plano de futuro, vamos ser um player cada vez mais relevante na indústria automotiva", disse o presidente da companhia, Gustavo Werneck.

A siderúrgica anunciou ontem que vai investir R\$ 550 milhões na usina de Pindamonhangaba, no interior de São Paulo, num primeiro passo para elevar a capacidade de produção desse tipo de aço de 600 mil toneladas para 1 milhão de toneladas por ano. Ao mesmo tempo, o investimento prepara a Gerdau para se tornar "protagonista" na transformação da indústria automotiva e permitirá o início de produção dos chamados "aços limpos", mais leves e resistentes e com aplicação em veículos elétricos e híbridos.

Conforme Werneck, o investimento na aciaria, com um novo sistema de lingotamento contínuo, corresponde ao primeiro sinal da empresa de confiança na retomada econômica no país. "É uma confirmação de que o Brasil retornará ao crescimento", afirmou. Em 2018, a companhia prevê investir R\$ 1,2 bilhão, mas os valores tendem a crescer nos próximos anos, já que há mais projetos em estudo. Um deles é a reforma do alto-forno de Ouro Branco (MG), prevista para 2022. Neste momento, a equipe de engenharia trabalha no orçamento do projeto.

O negócio de aços especiais, concentrado no Brasil e EUA após venda de ativos na Espanha e Índia, respondeu por 16,7% da receita líquida do grupo no terceiro trimestre, com R\$ 2,3 bilhões. As vendas, em volume, somaram 1,64 milhão de toneladas no ano.

Para 2019, a Gerdau enxerga crescimento "importante" nos mercados considerados prioritários e, mesmo que uma possível desaceleração da economia chinesa se confirme, a expectativa é que o impacto não seja sentido pelo aço no curto prazo. "Enxergamos um 2019 positivo. Acreditamos que, nos segmentos e regiões em que permanecemos [após o programa de

desinvestimentos], o crescimento será importante e ajudará na evolução de resultados e rentabilidade já a partir de 2019".

No Brasil, com a recuperação do Produto Interno Bruto (PIB), a expectativa é de demanda mais forte no segmento de óleo e gás já no início do ano e continuidade da recuperação na construção civil residencial. A maior expectativa, porém, está relacionada à retomada das obras de infraestrutura. Com o novo governo brasileiro, isso deve ocorrer de maneira "mais intensa". "A expectativa é positiva quanto ao ciclo de investimento em infraestrutura no segundo semestre do ano que vem", comentou.

Segundo o vice-presidente de finanças da Gerdau, Harley Scardoelli, a guerra comercial entre Estados Unidos e China preocupa à medida que pode afetar o desempenho da economia global. "Nosso produto é altamente dependente do PIB e qualquer efeito indireto que isso tenha sobre as economias pode reduzir o potencial de crescimento do consumo do aço", afirmou.

Em 2019, a empresa vê manutenção da seção 232, com a qual o governo Trump justificou sobretaxa de 25% às importações de aço, que eventualmente poderia mudar de imposto para cota de importação. No geral, afirmou Scardoelli, a siderúrgica tem trabalhado para fortalecer a competitividade. "O nome do jogo é ser competitivo. Não dá para amenizar o fato que estamos mais protegidos com a venda de operações que eram mais suscetíveis", observou. "E como produzimos no país, para consumo no próprio país, diria que estamos em uma posição boa".

Sobre competitividade, e as críticas que o novo governo brasileiro tem feito aos subsídios à indústria, Werneck disse que a siderúrgica é uma "defensora visceral da competitividade da indústria brasileira" e não está em busca de ajuda do governo, mas de condições de competir de forma isonômica com produtores de outros países. A abertura comercial abrupta, por sua vez, pode matar a indústria brasileira, afirmou. Isso pode ser alcançado nos próximos anos se as reformas estruturais forem levadas adiante, disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Rita Azevedo | De São Paulo

Título: Total prevê dobrar número de postos

A francesa Total prevê dobrar o número de postos de combustível que atualmente tem a bandeira Zema no Brasil em cinco anos, especialmente no

Sudeste e no Centro-Oeste, informou a empresa ontem em comunicado sobre a compra da empresa de combustíveis fundada pela família do governador eleito de Minas Gerais, Romeu Zema, do Partido Novo.

De acordo com a Total, a mudança do nome dos postos deve começar em 2019. A aquisição, diz a empresa, está alinhada com a estratégia de expansão em grandes mercados em crescimento e nos mercados de biocombustíveis. O valor da transação não foi informado.

A Zema, que atualmente atende uma rede com 280 postos, tem bases de distribuição em Barra do Garça e Cuiabá (MT), Uberlândia, Uberaba e Betim (MG), em Paulínia, Bauru, São José dos Campos e Ribeirão Preto (SP), em Senador Canedo (GO) em Duque de Caxias (RJ) e em Brasília.

Conforme o **Valor** apurou, 60% do volume vendido pela distribuidora é destinado aos postos que levam o nome Zema - e devem adotar o nome da Total.

Os demais 40% comercializados atendem unidades classificadas como "bandeira branca", que não possuem contratos de exclusividade para abastecimento e nem usam a marca de nenhuma grande distribuidora.

MME / ASCOM .